
O MOVIMENTO PELA “OBRA” E OS MORADORES EM MOVIMENTO: PEDAGOGIA COTIDIANA NO MORRO DA PEDRA – JARAGUÁ DO SUL (SC): 1997-2003

Anselmo Schörner¹

RESUMO: Este artigo trata do M(m)ovimento dos moradores de uma comunidade de Jaraguá do Sul, o Morro da Pedra, no contexto de sua organização e ação durante o período de movimento pela realização da “obra”, isto é, o calçamento da única rua do morro, durante 1997/2003. As pessoas, ao participarem de uma práxis cotidiana acabam inseridas num processo de educação informal que contribui para a elaboração-reelaboração das culturas populares e a formação para a cidadania. Ele busca compreender e re-instituir a urdidura de relações interculturais em processos educativos que se desenvolvem em, com e a partir de movimentos sociais e comunidades de periferia. Ele nos coloca duas questões: 1) através de que relações e discursos foram produzidas essas subalternizações sobre o Morro da Pedra?; 2) quais as possibilidades - e entrelugares - de desconstrução dessas subalternidades?

PALAVRAS-CHAVE: Subalternidade. Cidadania. Movimento social.

THE MOVIMENT FOR THE “WORKMANSHIP” AND THE INHABITANTS IN MOVEMENT: QUOTIDIAN PEDAGOGY IN THE MORRO DA PEDRA – JARAGUÁ DO SUL (SC): 1997-2003

ABSTRACT: This article discusses the M(m)ovement of the inhabitants of a Jaraguá do Sul community, the Morro da Pedra, in the context of its organization and action during the period of movement for the accomplishment of the “workmanship”, that is, the stone pavement of the only street of the neighborhood, during 1997/2003. The people, in their daily praxis were inserted in a process of informal education that contributed to the elaboration-rework of the popular culture and the citizenship. This work searches to understand and re-to institute the warp of intercultural relations in educative processes developed in, with and from social movements and poor communities. The research poses two questions: 1) Which relations and speeches produced these sub-otherness in Morro da Pedra community; 2) Which are the possibilities - and between-places - of deconstruction of these sub-otherness?

KEY WORDS: Sub-otherness. Citizenship. Social movement.

¹ Prof. do Curso de História da Universidade Regional de Blumenau – FURB. Dr. em História.
E-mail: ancelmo.schorner@terra.com.br

Este texto trata da dimensão pedagógico-formadora da pessoa/cidadão no processo político dos moradores de um morro de Jaraguá do Sul, o Morro da Pedra, mais precisamente a que ocorreu no contexto de organização e ação dos movimentos sociais durante o período de movimento pela realização da “obra”, isto é, o calçamento da única rua do morro entre 1997 e 2003.

Entendemos este processo como um movimento de desmonte de argumentos que impediam a ação coletiva daqueles moradores. Nossa perspectiva é a de que as pessoas, ao participarem de uma práxis cotidiana voltada para os interesses e as necessidades dos grupos a que pertencem ou ao participarem de organizações e movimentos comprometidos com interesses sociais mais amplos, acabam inseridas num processo de educação informal que contribui para a elaboração-reelaboração das culturas populares e a formação para a cidadania. Segundo Azebeiro (2006) devemos buscar, para além das perspectivas políticas hegemônicas da cidade (no caso Jaraguá do Sul), outras tessituras para os processos que possam ativar entrelugares² em que se torne possível a desconstrução de subalternidades, compreendida aqui como exclusão, outreidade frente a determinados padrões de hegemonia.

Os habitantes da cidade somente se tornam cidadãos quando vivem com dignidade, o que significa dispor dos recursos necessários para realizar livremente a sua humanidade. Desse modo, considerando-se as finalidades humanas do bem viver, cabe promover políticas públicas que visem assegurar a cada pessoa as condições materiais, políticas, informativo-educacionais e éticas para garantir o bem viver nas melhores condições possíveis, haja vista que seus problemas e aspirações não podem ser reduzidos a vetores, números ou fórmulas manipuláveis sob a lógica fria das pranchetas (MANCE, 1999).

Por esta razão, em torno das contradições culturais envolvendo ações de preconceito, discriminação, marginalização ou imposição de valores autoritários surgem também movimentos sociais, como os de mulheres, negros, estudantes e outros que podem articular suas lutas em torno do eixo da cidadania.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, pois são estes últimos que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil, não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania (por direito territorial ou de sangue), mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos. Mesmo dentro de

²São os interstícios, o liminar, o contingente, a passagem: ‘forneem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação’. É o inter - o fio cortante da tradução e da negociação, o entrelugar - que carrega o fardo do significado da cultura, onde se torna possível evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos. (BHABHA, 1998, p. 20, 69). É o espaço-tempo de encontro e de passagem, que possibilita a emergência do múltiplo, do polifônico, da diferença - desconstruindo-se enquanto estereótipo e enquanto subalternização e reconstruindo-se como possibilidade de ressignificação da história, do cotidiano, das relações.

cada Estado-nacional o conceito e a prática da cidadania vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos. Isso ocorre tanto em relação a uma abertura maior ou menor do estatuto de cidadão para sua população (por exemplo, pela maior ou menor incorporação dos imigrantes à cidadania), ao grau de participação política de diferentes grupos (o voto da mulher, do analfabeto), quanto aos direitos sociais, à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam (PINSKY, 2003).

Assim, a cidadania significa, para nós, o exercício pleno da participação em todas as instâncias em que são tomadas decisões que influenciem nossas vidas e o ambiente em que estamos inseridos.

As situações cotidianamente vividas pelos moradores do Morro da Pedra entre 1997 e 2003 nos instigam a levantar estas questões, assumir outras perspectivas que possibilitem a emergência de novas relações, outras tessituras, que tenham a possibilidade de contribuir com a mudança - ou o deslocamento - dos jogos de poder e das políticas de verdade. É nesse movimento que se insere este texto: tendo a educação como preocupação e vetor principal, incorporar referenciais de outras áreas disciplinares que auxiliem a compreender e re-instituir a urdidura de relações interculturais em processos educativos que se desenvolvem em, com e a partir de movimentos sociais e comunidades de periferia (AZIBEIRO, 2006).

Como para Azibeiro (2006), nosso estudo nos coloca duas questões: através de que relações e discursos, entendidos como uma unidade de conteúdo que organiza as significações em direção a um sentido, que por sua vez organiza uma concepção de mundo, de homem, de saber e de sociabilidade, foram produzidos essas subalternizações?; quais as possibilidades - e entrelugares - de desconstrução dessas subalternidades? A história do Morro da Pedra nos permite vislumbrar isso.

O Morro da Pedra, localizado no Bairro Estrada Nova, como antimodelo utópico do "discurso Jaraguá do Sul", nos ajuda a dimensionar o que é uma pedra no meio do caminho, isto é, o que a cidade oficial não quer admitir e com o quê não consegue conviver.

O Bairro fica a 5,1 km do "marco zero" de Jaraguá do Sul, fez parte dos dez mil hectares de terra adquiridos por Emílio Carlos Jourdan em 1885, e foi colonizado a partir do começo do século XX. Inicialmente eram lotes rurais e sua inclusão no perímetro urbano ocorreu recentemente. Os moradores mais antigos contam que a ocupação do Bairro Estrada Nova deu-se especialmente a partir da construção da BR-280 e do surgimento de loteamentos há cerca de 20 anos. A maior parte dos moradores veio do Paraná e do Oeste de Santa Catarina. Chegaram para trabalhar nas indústrias durante o período denominado de "milagre econômico" de Jaraguá do Sul. De acordo com dados do IBGE a população estimada é de 3.309 pessoas, sendo que a maioria tira seu sustento do trabalho assalariado.

Antes de continuarmos, achamos necessário acrescentar uma breve discussão da perspectiva metodológica que utilizamos, a História Oral, com as descrições das etapas da pesquisa. Este texto é parte de nossa tese de doutoramento em História (Universidade Federal de Santa Catarina/2006), intitulada "A Pedra, o Migrante e o Morro: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul (SC) - 1980-2000". Para tal entrevistamos e conversamos³ com os moradores de dois morros, entre eles o Morro da Pedra. Neste morro elas foram realizadas entre os dias 26/08/2003 e 05/10/2003 com 32 pessoas.

³Utilizamos a expressão "conversamos" porque nem todos os moradores quiseram gravar entrevistas, alegando que se sentiam melhor em conversas informais. Essas conversas foram devidamente registradas e transcritas por nós logo após.

Nesse momento, seguimos um roteiro previamente estabelecido, onde a idéia era conseguir uma amostra do conjunto dos moradores dos morros. No princípio guiamos as entrevistas utilizando um roteiro fechado, isto é, que tinha a pretensão de ser um instrumento de coletas de dados quantitativos, posto que entrevistas gravadas também estavam sendo feitas com o objetivo de apreender as Histórias dos moradores. Com o tempo, contudo, ele se mostrou um importante material de acesso a muitas informações sobre eles. O questionário continha cerca de 90 questões, agrupadas em 18 itens, tais como idade, escolaridade, características da trajetória migratória, condições de aquisição do terreno em Jaraguá do Sul, rede de amizades acionada ao sair, chegar e se estabelecer, motivações e razões da migração, condições gerais da rua e do morro etc.

As entrevistas partiram tanto de histórias de vida, que é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo e através do qual se delineiam as relações sociais com os pares de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, quanto do relato oral, que é uma forma menos ampla e livre que acontece quando é solicitado do narrador a abordagem, de modo especial, de determinados aspectos de sua vida (LUCENA, 1999, p. 20-30).

Durham (1984, p. 46), por sua vez, nos adverte sobre os perigos da memória, pois nas entrevistas, uma vez que os dados referem-se quase sempre a uma situação afastada no tempo, eles estão sujeitos a diversas distorções devidas à idealização ou simplificação do passado ou da sua própria condição. Diante disso, deve-se observar a uniformidade de informações (advindas de trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, trabalhadores urbanos, por exemplo) sobre as condições de vida anteriores à migração, refletindo a universalidade e permanência de elementos tradicionais na sociedade rural brasileira.

Montenegro (1992/93) estudioso da memória, observa que

a memória é resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais. Nesse sentido não se deve imaginar que o depoente responderá de forma conclusiva a nossas indagações. A memória possibilita resgatar as marcas de como foram vividos e sentidos determinados momentos, determinados acontecimentos; ou mesmo o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual e/ou coletiva.

Para Martins (2002), a memória oculta mais do que revela, pois revela omitindo e deformando. Mas, ao mesmo tempo, ele proclama que a memória é um meio de afirmação dos que foram excluídos do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos e não só agentes do trabalho, peças da máquina, instrumentos da produção. Sujeitos de suas idéias e de suas lembranças. Por meio da memória dão ao pequeno fato a dimensão do acontecimento.

O depoimento é um modo de interpretar e contar o que se viveu e se vive, uma articulação possível de pedaços de experiência e conhecimentos - que noutra ocasião poderiam ser rearranjados de outro modo - já que o universo simbólico é, antes de mais nada, maleável e dinâmico.

Muitos dos entrevistados referiram-se à importância da entrevista porque nunca tinham tido a oportunidade de falar sobre suas vidas. Ninguém havia se interessado até então pelas suas Histórias⁴. A lembrança do passado foi para esses migrantes o resgate de sua própria

⁴“A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”.

identidade social, que se mantém por referência ao passado marcado pela sua inserção na cidade. A lembrança desse passado nos foi oferecida pelos moradores migrantes dos morros nas entrevistas, nas conversas, nas minhas diversas idas aos morros. Falar de suas vidas, de suas idas e vindas nem sempre foi fácil, mas certamente gratificante⁵.

Ao refazer, através das entrevistas, suas trajetórias e travessias, foi possível perceber suas representações sobre o local de origem e o local de destino, apreender como se deram suas novas relações com o novo espaço, como foram interpretando os novos empregos, como foram percebendo a cidade, seus "carreros" e suas atrações. Enfim, como se sentiram e vivenciaram a experiência de ser migrante, marginalizado, morador de morro. E mais, perceber até que ponto os sonhos trazidos na bagagem e sonhados nas estradas da esperança durante as viagens se tornaram realidade.

Para Bosi (1994, p. 38) a observação mais completa dos fenômenos é a do observador participante, pois uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. A expressão "observador participante" pode dar origem a interpretações apressadas, pois não basta a simpatia pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes. É preciso que se forme uma comunidade de destino para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana.

Segundo Benatti (1998, p. 5), um dos encantos de uma História como esta é o seu caráter de anti-história, a possibilidade que ela oferece de outra navegação nos conteúdos da história, no sentido contrário à tradição imposta pela memória hegemônica e triunfalista dos vencedores. Contudo, uma questão imediatamente se coloca: como escrever uma história da periferia quando sabemos que são abundantes os registros indiretos, partidos do centro, mas faltam registros diretos, partidos deles mesmos, sobre sua experiência vivida? Se não os há, temos que ir buscá-los no local mesmo onde eles aconteceram e acontecem. Aí então, quem sabe, entenderemos um pouco de suas vidas e andanças.

De acordo com os relatos, as terras que hoje constituem o Morro da Pedra eram habitadas por parentes de Dona Marina, que morou ali desde os dois anos, quando veio do Rio de Janeiro. Segundo ela, não havia escritura das terras e quando eles morreram não foi feito inventário e tudo ficou abandonado. No final dos anos 1970 ela e sua sogra requereram usucapião das terras.

Quando meu marido começou a vender os terrenos aqui ficou conhecido como o loteamento da Marina do Estrada Nova. Morro da Pedra só começou a ser chamado depois, no meio de 1980, quando já tinha mais gente e a pedra servia como identificação pra quem estava chegando, pra quem precisava mandar alguma coisa prá cá, como material de construção ou compras. Aí se dizia: "fulano mora lá no Morro da Pedra." (MARINA).

Porém, antes de estar tudo legalizado seu marido, que hoje é falecido, já vendia lotes. De acordo com ela "de qualquer jeito, sem ter nada regularizado". Além disso, não havia nenhuma

⁵Alguns deles queriam saber se o que eu estava fazendo iria "virar livro" e se eles iriam aparecer. Insistentemente nos lembravam que se eles aparecessem era para levar um para eles, pois "querem ver como ficaram nas entrevistas".

regra pra vender os lotes, isto é, não tinha preço certo, nem metragem e as condições de pagamento variavam de acordo com o comprador⁶.

Os primeiros moradores migrantes, no começo dos 1980, passaram por uma série de dificuldades e foram os responsáveis diretos pela valorização dos lotes: ocuparam o morro através da construção de suas casas, abriram a rua, reivindicam transporte coletivo - no que não foram atendidos até hoje - e equipamentos urbanos em geral. As dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores foram de toda ordem, mas principalmente a distância, pois alguns tinham que caminhar quase dois quilômetros até o primeiro ponto de ônibus, as péssimas condições da “estrada”, a falta de energia elétrica e de água era o que mais incomodava. (JOÃO).

Aqui o terreno era péssimo, não tinha rua, não tinha quase nada. Nós compramos aqui e mandamos a máquina fazer a rua do vizinho de cima até aqui pra poder trazer o material. Aqui só tinha uma picada, um “carrero” como se fala no Paraná. Lá embaixo tinha um pedaço com uma rua estreita, um pouco maior. Eu sei que tinha um roteiro da rua, mas não era aberto. (MARCELINO).

Segundo Dona Sônia, que mora no Morro da Pedra desde 1990, no começo da história do lugar a água era tirada de poço. Depois de muitas reclamações dos moradores, ela começou a ser trazida com caminhão pipa até uma parte da estrada. A energia foi ligada no morro em 1988 e a água em 1990, o esgoto em 2002 e 2003 e o calçamento em 2003. (SÔNIA).

Dos 32 moradores que entrevistamos no Morro da Pedra entre 22/08 e 05/10/2003, 26 (81,2%), são do Paraná e vieram para Jaraguá do Sul a partir de 1977 (uma moradora). O grande número deles começou a chegar a partir de 1987. Com exceção de seis moradores que não vieram diretamente para o morro, todos os outros o tem como primeiro lugar de moradia. Porém, a diferença entre chegar e ir para o morro é muito pequena - um ou dois anos. Em média, estão morando em Jaraguá do Sul há 11,04 anos e no Morro da Pedra há 10,13 anos. Dos quatro que nasceram em Santa Catarina, um veio de Rio Negrinho, outro de Chapecó e dois são de Jaraguá do Sul. Os outros dois são de outros Estados.

Todos os moradores entrevistados falaram da pedra que deu origem ao nome do morro. De acordo com um deles

antes de subir o primeiro tope do morro tinha uma pedra bem grande. Foi essa pedra que deu o nome de Morro da Pedra pro lugar aqui. E aquela pedra ali é que juntava a noite pessoas que não tinham seus afazeres, ficavam lá bebendo, fumando outras coisas, que não é o caso de dizer o que era. Mas aí criou essa imagem do Morro da Pedra que trouxe pra nós mais uma dificuldades muito grande pra todos os moradores de bem de conseguir reverter isso aí. (MARCELINO). (sic)

Para muitos deles “ela era um espaço de folia, bagunça, encontro de baderna, festa, lugar de tomar umas pingas, namoro também e até de outras coisas”. (ASSIS). Com o tempo, a pedra e os moradores do morro passaram a simbolizar tudo o que de ruim acontecia, primeiro no bairro e depois na cidade. Uma pedra, nesse sentido, é tudo: ela atrapalha, atrasa, indica,

⁶Nos contratos de compra e venda em posse de Dona Marina podemos observar essas diferenças. Através deles ficamos sabendo que dois terrenos de 360 m² foram vendidos em maio e em agosto de 1980. Contudo, o primeiro custou 25 mil cruzeiros e o segundo 50 mil cruzeiros.

dificulta. Até que resolveram demolir a pedra, como se isso pudesse eliminar o problema. Simbolicamente, ela pode ser também os próprios migrantes e a migração diante do discurso progressista e ordeiro da cidade.

Depois o morro ficou conhecido por causa de muitos crimes que aconteceram aqui no bairro e que muitos bandidos vinham se esconder aqui no morro, que tinha muito mato ainda. Aí então quando se falava no Morro da Pedra já tinha discriminação, já tinha identificação com coisa ruim, mesmo que o povo não fosse. (MARINA).

Como no morro os terrenos eram mais baratos e sempre se conseguia alguém para ajudar nos primeiros tempos, enchendo as casas de pessoas, "ficou a fama de que paranaense só vai pra morro, pra loteamento; que são tudo bandido, marginal. Se alguém me dizer que aqui é lugar de bandido, que me dê dinheiro que compro um terreno melhor em outro lugar." (VERONI). Pertencer à comunidade do Morro da Pedra carrega as marcas do preconceito, como observamos no depoimento abaixo.

Preconceito não soufri direto na pele não. Mas a gente escutava muito dizer que aqui no morro tinha era muito favelado do Paraná. Hoje os maloqueiros do morro foram tudo embora ou deram fim neles, que muitos morreram e isso foi se acalmando e aqui hoje a sobrevivência é boa. Quem causava os problemas aqui, como assalto, mortes e outras coisas, foram deixando o morro com medo, perseguição, a polícia atrás deles, mas infelizmente ficou a fama pro morro inteiro, pra todo o bairro. (ANTÔNIO).

Um dos moradores mais antigos do morro não gosta do nome "Morro da Pedra", haja vista que ele está carregado de preconceito e discriminação, e por causa disso ele não deveria mais ser utilizado.

Eu não gosto que chamem essa rua de Morro da Pedra. Isso traz uma idéia muito ruim que nós estamos querendo apagar. Tá certo, que se existia alguns bandidos, marginais aqui uns tempo atrás, e eles aprontavam algumas aqui, com morte e tudo. Mas isso tá acabando, então tem que acabar com a idéia do lugar ser ruim de morar. Aqui é tudo hoje em dia gente que trabalha, que luta pelo pão de cada dia como pode. Então, ficar ainda chamando de Morro da Pedra eu acho que é pra reforçar uma idéia que quase não existe mais, que a própria Associação de Moradores tá fazendo de tudo pra acabar. (MARCELINO).

Contudo, a experiência comum da discriminação pode remeter à construção de um processo identitário de confirmação da exclusão (e, portanto, autodepreciativo) ou de formação e uma antiimagem, norteadas por valorações alternativas (PESAVENTO, 1998). Foi por isso, talvez, que os moradores do Morro da Pedra se empenharam tanto para transformar sua imagem perante a cidade através da AMOBEN⁷. Suas batalhas cotidianas pela água, energia, pavimentação etc., foram no sentido de, também, reverter a imagem que ficou dos tempos da "famosa pedra".

⁷Associação dos Moradores do Bairro Estrada Nova. Ela foi criada em 27/01/1996 por 12 moradores, tendo como presidente Manoel Guilherme. Em 2000 foi formada uma chapa de oposição para concorrer às eleições. Ela ganhou a eleição tendo Riolando Petry como presidente e Marcelino Nunes como vice. (Justino).

Falando sobre as “coisas do pensamento negativo que os outros da cidade tinham do morro”, Marcelino diz que isso também está sendo revertido com as ações da AMOBEN. Para ele

quando você ia no centro e alguém perguntava “mora onde?” e o cara falava “Eu moro no Morro da Pedra”, aí já ficava mais complicado até pra conseguir crédito. Não que não tivesse, mas já ficava mais complicado. Hoje não é mais Morro da Pedra. Antes era Morro da Pedra. Nem nome na rua a gente tinha. Era Morro da Pedra. A nossa rua, o nosso bairro tinha uma difama um pouco grande por causa do Morro da Pedra. Se falasse Morro da Pedra todo mundo tremia. Os próprios moradores diziam “eu não moro naquele lugar”. Hoje nós temos nome na rua, que foi dado pela Associação de Moradores, que é a Rua João Miguel da Silva. Não só pra mim, mas pra todos os moradores foi um projeto a mais da associação ter dado o nome dessa rua e tirar essa imagem de Morro da Pedra.

Essa imagem era do bairro todo, mas no Morro da Pedra era maior. Mas o bairro todo sofria com isso, tanto que

às vezes na própria empresa, a gente trocava idéia com os colegas e você acabava dizendo, era perguntado onde morava, você dizia que era no Estrada Nova, no Morro da Pedra. Aí você já percebia que a pessoa tinha certo receio, ficava meio ressabiado. Até passavam a te tratar diferente. Por isso não há nada melhor quando uma pessoa ou uma comunidade em geral é discriminada ela reverter isso com trabalho, com honestidade, com caráter, dignidade e personalidade. Eu acho que foi isso que o pessoal do Estrada Nova conseguiu. Não só a AMOBEN, mas todo o bairro, toda a comunidade conseguiram mostrar pros demais bairros, pra todo o município que o Estrada Nova não era aquilo que todo mundo tinha na cabeça, que muita gente pensava que era só briga, só marginal, só traficantes, bêbados... Então foi onde que o próprio bairro acabou mostrando pro município todo que ele é um bairro bom de viver. É um bairro que tá ficando ótimo, que tem pessoas sérias, dignas, honestas, trabalhadoras e capazes de fazer as coisas acontecerem. (MIGUEL, 27 jul. 2003).

Essa imagem começou a mudar a partir de um trabalho “bem amplo e forte com todos os moradores do Estrada Nova”, muito embora não se possa falar que foi apenas depois dela que as coisas melhoraram aqui. Eu não estaria sendo sincero. Mas nós conseguimos reverter bastantes com essa diretoria. (MIGUEL).

Justino conta que o respeito da comunidade foi conseguido durante a campanha para a AMOBEN em 2000, “pois foi uma campanha que mobilizou a comunidade porque ela viu na chapa de oposição a possibilidade de ter, efetivamente, representantes que estariam do lado dos moradores e não do lado da PMJS⁸, como vinha acontecendo”.

A “nova” AMOBEN, tendo como lema “Juntos construiremos um bairro mais forte”, pautou seu trabalho em três ações principais:

1) a necessidade de trabalhar a integração entre a associação e os órgãos públicos municipais e estaduais, bem como com as entidades do bairro: igrejas, times de futebol, APP da escola e da creche e o grupo de mães;

⁸Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

2) a realização do Censo do Bairro para conhecer desde os problemas localizados de cada rua (pavimentação, placa de identificação de ruas, iluminação pública e patrulamento com colocação de macadame) até os do bairro como um todo (posto de saúde, escola de segundo grau, policiamento, transporte coletivo, ginásio coberto, área de lazer, abrigo de ônibus, rede de esgoto, regulamentação dos loteamentos clandestinos e telefone público);

3) ter em cada rua um representante da AMOBEN, através dos quais toda a problemática do bairro seria discutida e levada até ela. (JUSTINO).

As mudanças, porém, não foram só em relação à visão do outro sobre as pessoas que moram (moravam) nos morros, mas também dos próprios moradores do morro sobre si mesmos. Dessa forma, essas lutas e conquistas proporcionaram a estes moradores um rompimento com a postura de identificarem-se apenas como os pobres da cidade, para reconhecerem-se como moradores. Isso fez com que eles deixassem de se auto-definirem através de partes do corpo, mãos que carregam sacolas de compras, pés que sujavam e resvalavam nos dias de chuva, costas que carregavam pedras e outros materiais de construção até o alto dos morros, como faziam antes, quando se referiam às suas lutas e sofrimentos, para definirem-se na relação com um lugar, uma casa, uma ação de residir (SILVA, 2002).

Marcelino conta que no morro "a gente foi arrumando as coisas⁹ aos poucos". A rua, por exemplo, "já tinha há vários anos projeto de melhoria, mas foi ficando. Colocavam o macadame e aí vinha uma chuva e danificava tudo na rua. Depois, com o tempo, melhorou bem a rua. Foi arrumando esse pedacinho aqui, logo conseguia colocar o macadame, aí já melhorava um pouco".

Mas a grande transformação viria com a pavimentação da rua

projeto que envolveu uma negociação bastante longa, em torno de uns sete ou oito anos, pra ver se conseguia arrumar a rua. Até que enfim saiu. Agora, em maio fez um ano que foi asfaltado. Na verdade um pouco é asfalto, um pouco é concreto e um pouco é calçamento. É uma obra mista por causa das dificuldades do morro. Asfalto mesmo tem só no começo da rua. (MARCELINO).

De acordo com alguns moradores, no começo das negociações foram eles próprios, isoladamente, que iam brigando pela obra, mas nada se definia. Foi a atuação da AMOBEN que facilitou bastante o trabalho entre os moradores e a PMJS. Segundo um desses moradores, um fato que foi diferencial nessa conquista foi a criação de uma comissão¹⁰ paralela para fortalecer a AMOBEN. Através dela os moradores passaram a ter mais informações sobre o processo, pois eles sabiam o que ia ser negociado e o que havia sido discutido com a PMJS.

A comissão também ajudou pra que se tivesse uma negociação mais efetiva com a prefeitura. A gente queria que acontecesse a obra. Até então ela estava sendo debatida, falada, discutida, mas nada de execução e isso ficava num empurra-empurra danado, marrento, que ia de um dia

⁹Essas coisas são os problemas estruturais do morro, as questões de infra-estrutura, e as do "pensamento negativo que os outros da cidade tinham do morro". Naquele momento o Bairro estava empenhado em conseguir também um posto de saúde, que foi feito em 2004, um campo de futebol, a pavimentação ou calçamento em várias ruas, uma ponte ligando os loteamentos Primavera e Garcia, mais horários de ônibus e a construção do túnel na BR 280.

¹⁰Faziam parte da comissão, eleita em abril de 2001, Marcelino Nunes, Miguel Colaço, José Almeida e Cenival de Souza.

pro outro, jogando. Foi a comissão que fortaleceu pra que a obra tivesse início o quanto antes. Assim, ela, além de passar as informações para a comunidade, ela também fazia a negociação, uma cobrança junto ao prefeito para que a obra realmente saísse. (MIGUEL).

A “obra¹¹” era a questão mais importante naquele momento para o Morro da Pedra porque melhoraria o acesso de todos, daqueles que precisavam ir pra escola, trabalhar. Ela beneficiaria também quem viesse de fora, visitar pessoas no morro, pra trazer coisas. Mas ela beneficiou os moradores em primeiro lugar.

Esta dimensão pedagógico-formadora da pessoa/cidadão no processo político pedagógico do Movimento pelo calçamento teve duas conseqüências para os moradores do Morro da Pedra. Em primeiro lugar eles exigiam a “obra” como uma forma de não se identificarem mais como alguém que mora em um local sem condições, onde estão sujeitos a caírem, escorregarem, sujarem ou se machucarem por conta das péssimas condições da “estrada” que havia. Em segundo, queriam ser reconhecidos pelo poder público como cidadãos e por isso se puseram em movimento conta o discurso homogêneo da PMJS e seus técnicos que só sabiam lhes dizer “não podemos”. Em outras palavras, queriam ter direito à cidade, queriam qualificar suas ações e confrontar o saber técnico-político da PMJS e da Engepasa, empresa responsável pela obra, que se pretendia universal, homogêneo, unicamente correto.

Assim, o Movimento colocou todos os moradores em movimento, inseriu-os em um processo político-pedagógico, pois abandonaram as negociações individuais e passaram a negociar coletivamente a partir da AMOBEN e depois de uma comissão eleita para discutir com os órgãos responsáveis. Ou seja, passaram a exigir a “obra” a partir de assembléias, reuniões, comissões etc.

Segundo alguns deles, o que estava em jogo não era apenas o calçamento, mas o reconhecimento enquanto cidadãos, o reconhecimento de suas ações e não serem tratados como favelados, petistas, “paranaenses”, baderneiros, perigosos, não pagadores, haja vista que essa foi um dos argumentos utilizados pela PMJS para não fazer a obra: no morro moravam pessoas pobres e sem condições de pagarem suas prestações.

O ponto fundamental de alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das relações sociais. Não se trata de um processo apenas de aprendizagem individual, que resulta num processo de politização dos seus participantes. Trata-se do desenvolvimento da consciência individual. Entretanto, o resultado mais importante é dado no plano coletivo. As práticas reivindicatórias servem não apenas como indicadores das demandas e necessidades de mudanças, reorientando as políticas e os governantes em busca de legitimidade. As práticas reivindicatórias dos movimentos passam por processos de transformação, na estrutura das máquinas burocráticas estatais e nos próprios movimentos sociais. A pressão e a resistência têm como efeitos demarcarem alterações nas relações entre os agentes envolvidos. (GOHN, 1992, p. 52).

Cumprir destacar, contudo, que a qualidade e o sentido das relações sociais transformadas nos processos de interação movimento-poder governamental, são múltiplos. Isto porque o

¹¹A obra foi aprovada pela Câmara de Vereadores (indicação 48/2001), atendendo solicitação do Vereador Zé Padre (PT). Ela começou a ser executada em maio de 2002 e a pavimentação de seus 560 metros foi inaugurada no dia 17/05/2003.

processo é permeado por lutas constantes, divergências de grupos com interesses conflitantes. Assim sendo, os efeitos educativos nas massas e nos dirigentes defensores das classes dominantes são também diversos. O efeito educativo para estes traduziu-se num conhecimento dos sentimentos e das aspirações populares, conhecimento este que serviu de base para a rearticulação da hegemonia das classes dominantes.

No centro dos processos aqui analisados ocorre um aprendizado que vai ajudando a constituir a cidadania em suas dimensões individual (fortalecimento das liberdades individuais e dos direitos individuais), política (maior consciência e prática de participação nos órgãos de representação locais ou nacionais) e social (conquista do acesso de benesses relativas a melhores condições de existência). Realiza-se assim uma dinâmica de exercício de direitos e deveres de cidadania, que vai sendo conquistada num processo lento, mas que transcende os limites do imediato, espraiando valores e esperanças.

A participação popular é algo construído dentro de uma dinâmica de engajamento social mais amplo em prol do desenvolvimento social e que tem o potencial de, uma vez efetivada, ajudar a transformar a cultura, a construir e reconstruir valores, contribuir para maior consciência dos direitos humanos fundamentais e dos direitos de cidadania, a compreender melhor o mundo e o funcionamento dos próprios meios de comunicação de massa. Revelam-se assim como espaço de aprendizado das pessoas para o exercício de seus direitos e a ampliação da cidadania.

Justino e Miguel lembram que o então Coordenador de Desenvolvimento Municipal, Ademir Izidoro, desafiou a comunidade, a quem chamava de favela, uma extensão do Bairro Jaraguá 84, local conhecido por sua pobreza, marginalidade etc., a conseguir a obra, dizendo que os moradores não teriam condições de pagá-la devido aos salários que recebiam, haja vista serem a maioria trabalhadores, enfim, um povo pobre, migrante¹². Que desafio era esse?

Nós fomos desafiados porque o contrato com a PMJS e a Engepasa, empresa responsável pela realização da obra, dizia que para a obra sair deveria ter 80% de adesão dos moradores. Eles achavam que não íamos conseguir esse percentual. Aí quando eles estavam se sentindo pressionados porque nós tínhamos o número, ele disse que queria 90% de adesão dos moradores. Então nós nos reunimos e fomos atrás dos moradores que faltavam e conseguimos os 90% que a prefeitura exigiu. Aliás, deu 93% de adesão. Com isto nós exigimos a obra. Ou ele assinava ou íamos entrar na justiça. Assim a gente conseguiu eliminar um pouco esse preconceito, porque muita gente dizia que o Morro da Pedra não teria gente competente pra pagar. Primeiro diziam que não tinha gente pra organizar, depois pra pagar, deixar em dia os débitos com a prefeitura e a Engepasa. Mas o pessoal acabou mostrando que isso não era verdade. (JUSTINO; MIGUEL).

Aqui cabe um parêntese sobre a pedagogia cotidiana ou educação não-formal, como caracteriza Gohn (2006). A educação não-formal pode ser entendida como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada

¹²Eis mais um exemplo das "coisas do pensamento negativo que os outros da cidade tinham do morro". Segundo Justino, "era também uma briga político partidária, porque na associação tinha representantes do PT, dos trabalhadores. Era o argumento que usavam para não fazer a obra".

de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Na educação não-formal o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa etc.

Além disso, na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Ou seja, ela (a educação não-formal) ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. A educação não-formal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados.

Outra característica desta educação é sua possibilidade de socializar os indivíduos, desenvolver hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se freqüenta ou que pertence por herança, desde o nascimento. Ou seja, ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.

De acordo com Gohn (2006), na educação não-formal os resultados são conseqüências do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente. A educação não-formal poderá desenvolver, como resultados, uma série de processos tais como:

- consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- a construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo;
- contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
- forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacitação para entrar no mercado de trabalho);
- ela dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.).

Assim, vemos que a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva e constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas; ela se constrói no cotidiano através do processo de formação de uma identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 1992).

Ou seja, estamos trabalhando com uma concepção ampliada de educação, relativa a todos os processos que envolvem a aprendizagem de novas informações referentes a novos hábitos, valores, atitudes e comportamentos. Este conjunto, após sistematizado, codificado e assimilado pelos indivíduos e grupos sociais, constitui elementos fundamentais para a geração de novas mentalidades e novas práticas sociais, fundamentais para a formação dos indivíduos enquanto cidadãos.

A construção da cidadania coletiva se realiza quando, identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de mandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social (GOHN, 1992).

Para Marcelino, além da pavimentação que beneficiou bastante a população do Morro da Pedra, os moradores conseguiram uma creche, a ampliação do colégio, que conta com um ginásio de esportes e a construção do viaduto da BR 280. Assim, a melhora significativa no bairro Estrada Nova, em geral, e no Morro da Pedra, em particular, se deve em grande parte à ação política de seus moradores¹³, que, desde o final dos anos 1990 organizaram uma série de ações para exigir seus direitos à cidade¹⁴, que teima em ser para poucos.

Aqui quase todo mundo participa da associação. Não dá pra dizer que todo mundo vai nas reuniões. Isso não. Mas o povo pega junto quando tem alguma coisa pra resolver, como foi o caso da pavimentação da rua ano passado. Isso eu digo, que se não fosse a associação o asfalto não tinha saído aqui no Morro da Pedra. [...] quando tem coisa pra fazer o povo sempre participa e assina. Fica cobrando até sair a coisa. (ANTÔNIO).

Como podemos ver, o morro foi construção dos próprios moradores migrantes, surgida de sua experiência e, em muitos casos de sua pobreza material, e de uma vivência muito especial na cidade. Porém, não podemos esquecer que a violência da migração alia-se, na cidade, a violência da exclusão e do preconceito. Esses bairros afastados, onde acabaram por se depositar as esperanças de uma vida melhor, são, ao mesmo tempo, a inclusão possível dos migrantes na vida da cidade e a sua discriminação.

Para Gohn,

o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o

¹³No Morro da Pedra 63,8% (53) dos moradores sabem da existência da AMOBEN. Dos que sabem, a maioria participa, mesmo que pontualmente (PMJS. Censo do Bairro Estrada Nova. Jaraguá do Sul, 1999).

¹⁴“As diferenças entre esses indivíduos são infinitas e os únicos fundamentos comuns são a consciência da diversidade e a crença de que a associação dessas diferenças pode ser a estratégia mais adequada para se ter êxito na realização de seus interesses, tanto aqueles que são gerais quanto os particulares de cada um. [...]. Ao mesmo tempo, essa associação deve garantir, resguardar e proteger determinados direitos e liberdades que constituem os maiores benefícios supostos nessa cooperação.” (GOMES, 2002, p. 31).

porque das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. Ou seja, elabora-se estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta. (GOHN, 1992, p. 18-19).

Desse modo, a consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para a formação desta visão que historiciza os problemas. Este conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana.

Em suma, podemos dizer que a dimensão espaço-tempo resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando sua articulação, no sentido gramsciano da construção de pontos de resistência à hegemonia dominante, construindo lentamente a contra-hegemonia popular.

Os efeitos das práticas destes movimentos sobre o ambiente construído são diversos. Num primeiro momento, o que se destaca é o aspecto quantitativo: conjuntos de casas construídas por mutirões, equipamentos urbanos novos, projetos das mais diferentes espécies sendo desenvolvidos. Num segundo momento nos perguntamos se estas conquistas geraram novas formas de relações sociais para seus participantes ou usuários. Nós diríamos que sim. Geraram organização na população, geraram também consciência coletiva no sentido de acreditarem em si próprios, de servirem de exemplos para os demais, negaram os modelos clientelísticos, a espera de favores e benevolências. Assim, esses moradores conquistaram espaços importantes de cidadania e de estabelecimento de práticas que apontam novos possíveis horizontes, onde a especulação e a dominação social não têm lugar.

REFERÊNCIAS

- AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e comunidades de periferia: limiares da formação de educador@s**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BENATTI, Antônio Paulo. **O centro e as margens: prostituição e vida boêmia em Londrina (PR) – 1930/1960**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 50, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>> Acesso em: 09 set. 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais**: espaços de educação não-formal da sociedade civil. 02 fev. 2004. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_dcfa.html> Acesso em: 09 set. 2006.
- GOMES, Paulo César. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar**: (re)lembrações de migrantes. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- MANCE, Euclides André. **A cidade e os cidadãos**. Curitiba, abril de 1999. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/cidade.htm> Acesso em: 14 dez. 2005.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2002.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n. 25/26, set. 1992 - ago. 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1998.
- PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Carla. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL. **Censo do Bairro Estrada Nova**. Jaraguá do Sul, 1999.
- SILVA, Adriano Larentes da. **Migração e luta pela terra**: serranos em Florianópolis – SC (1970-1980). Chapecó: Argos, 2002.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido em: 20 mar. 2007

Avaliado em: 02. abr. 2007

Endereço: Anselmo Schörner

Rua: Bruno Hering, 465 - Bairro Vila Velha

89036-160 Blumenau - SC